

COMUNICAÇÃO

(integra a ata da 27ª sessão ordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, realizada em 2 de outubro de 2024 - DJe de 7 de outubro de 2024)

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Cumprimento os eminentes Ministros Gilmar Mendes, nosso Decano, Cármen Lúcia, Dias Toffoli - bem-vindo de volta, recuperado -, Luiz Fux, Luiz Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques, André Mendonça, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

Cumprimento também o Procurador-Geral da República, Professor Paulo Gustavo Gonet Branco.

Prezados Colegas, nesse final de semana, completou-se um ano de minha gestão na Presidência do Supremo Tribunal Federal - o tempo passa mais rápido do que parece! Gostaria de fazer um breve relatório, começando com um curto vídeo que a comunicação social preparou.

Por favor!

(Exibição de vídeo)

Muito obrigado ao pessoal da comunicação social pelo filme! Faço algumas breves complementações para compartilhar reflexões com os eminentes Colegas de Plenário.

Realizamos o primeiro Exame Nacional da Magistratura. Houve 40 mil inscritos, em números redondos, compareceram 32 mil candidatos, foram aprovados 7.200, dos quais 2.061 candidatos negros. Além do Exame Nacional de Magistratura, criamos o Exame Nacional de Cartórios, que está em fase de elaboração de seu regulamento pela Corregedoria Nacional de Justiça, do Ministro Mauro Campbell.

Com a ajuda do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os números estão crescentes e bem superiores aos que apareceram no filme. Já são mais de 3 milhões de execuções fiscais extintas, graças a uma decisão do STF, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, que permitiu a extinção das execuções de baixo valor e passou a exigir o protesto de títulos, somada a uma resolução do CNJ que permitiu a extinção de todas as execuções fiscais de valor até dez mil reais, que, passado um ano sem movimentação útil, não tivesse ainda penhora de bem ou citação do devedor. Temos firmado acordos de cooperação técnica com todos os estados e a expectativa é conseguirmos reduzir mais de 10 milhões de processos de execuções fiscais. Estamos trabalhando em outro grande gargalo, que são as ações previdenciárias na Justiça Federal. Ainda não está suficientemente equacionado, espero ter boas notícias proximamente. Aqui nesta Corte tivemos um aumento de 20% nas decisões colegiadas.

No capítulo direitos humanos, implementamos pelo país afora a resolução aprovada pela Ministra Rosa Weber de paridade de gênero nas promoções por merecimento. No último dia da Ministra Rosa, já com o meu apoio e atuação, estabelecemos a regra de que, se uma promoção por merecimento tiver alçado ao tribunal uma pessoa do sexo masculino, a promoção seguinte tem que necessariamente ser do sexo feminino. Houve resistência no início, mas já conseguimos o cumprimento adequado por São Paulo, Minas, Paraná, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Piauí, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Parabéns a todos esses tribunais!

Já conseguimos arrecadar o valor necessário para pagar as cem bolsas dos cem primeiros candidatos negros colocados no Exame Nacional de Magistratura, bolsas de três mil reais.

Já temos pronto o plano para o sistema prisional - enviei aos gabinetes de todos os colegas. O Governo Federal pediu alguns ajustes. Estamos em fase de negociação e imagino daqui a umas duas semanas poder trazer o plano à homologação do Pleno - enviando antes aos gabinetes. Regulamentamos o juiz das garantias.

Conseguimos mandar R\$ 200 milhões para o Rio Grande do Sul.

Celebramos com os outros dois Poderes da República o pacto pela transformação ecológica e o compromisso do Judiciário de dar prioridade às ações ambientais e de regularização fundiária.

Temos um grande projeto, que espero conseguir implementar no CNJ, de digitalização dos registros de imóveis, sobretudo nas áreas rurais, para o país ter um mínimo de controle sobre o sistema fundiário de maneira geral.

Estamos entrando em parceria com todos os tribunais para que apresentem um plano de descarbonização do Poder Judiciário.

No STF, estamos fechando a construção de uma usina fotovoltaica em cima do Anexo II; celebramos um contrato com a concessionária de energia e vamos ter 90% da energia fornecida por energia solar. Firmamos um acordo com a Novacap e plantaremos 5.270 mudas de árvores no bosque do Supremo Tribunal Federal pela compensação dos 10%.

Sei que insisto nesse assunto, mas ele é do meu coração: a padronização das ementas - quase todos os tribunais já estão adotando o modelo. Queria agradecer mais uma vez aos Colegas a adesão a esse modelo. Agora foi desenvolvido um programa de inteligência artificial. Se o Relator não fizer, o programa de inteligência artificial fará, de modo que ou fará espontaneamente ou haverá automaticamente no template do PJe, do Eproc, a padronização.

Temos um novo app da TV Justiça. Logo depois das eleições lançaremos - já está pronta - uma grande campanha contra a violência doméstica, contra a violência contra as mulheres.

Acho que podemos celebrar, todos nós, uma convivência muito mais harmoniosa com os outros Poderes. Conseguimos avançar na questão do orçamento - com a participação decisiva do Ministro Flávio Dino. E temos diversos projetos de tecnologia que, em outra ocasião, para não tomar muito tempo da sessão, descreverei.

Em matéria de desjudicialização e excesso de litigiosidade, conseguimos, em muitas reuniões, mapear a litigiosidade contra o Poder Público, a maior do mundo. O país gasta mais de R\$ 70 bilhões por ano com pagamento de precatórios. A

concentração dessas demandas - quase 90% - está nas áreas previdenciária, serviço público, tributária, trabalhista e de saúde. Estamos pensando em soluções; estou pinçando os casos de repercussão geral que podem diminuir esse acervo. Ainda esta semana, aprovamos, no Conselho Nacional de Justiça, uma importante resolução, que visa a reduzir a litigiosidade trabalhista, mantendo o prestígio e a competência da Justiça do Trabalho. Prevê-se que, havendo acordo entre empregador e empregado, assistidos por advogados, eles podem levar o acordo de rescisão do contrato à homologação da Justiça do Trabalho. Sendo homologado, não é mais possível, posteriormente, a propositura de reclamações trabalhistas. O excesso de litigiosidade trabalhista dificultava a oferta de postos de trabalho, a formalização do emprego e o investimento. Em matéria de relações internacionais, realizamos, no Rio de Janeiro, um formidável evento, com a presença dos Presidentes de Supremas Cortes do G-20 - quase todos acorreram a esse lindo evento que fizemos no Rio. Eu pessoalmente estive em visita institucional à presidência das Supremas Cortes do Reino Unido, do Tribunal Constitucional da Alemanha e da China.

Ao completar um ano de gestão - às vezes, parece que passou rápido demais; às vezes, parece uma eternidade -, queria agradecer de coração a imensa colaboração de todos os Colegas para que pudéssemos avançar essas agendas e ter essa convivência harmoniosa e produtiva que temos tido ao longo desses doze meses - agora, mais doze meses para tentarmos novas realizações.

O SENHOR PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA):

Senhor Presidente, gostaria de expressar, em nome da Procuradoria-Geral da República, reconhecimento por essas relevantes, impactantes e engenhosas realizações implementadas por Vossa Excelência nesta primeira metade de seu mandato à frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Congratulações de todo o Ministério Público!

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado, Procurador-Geral! Ministro Gilmar.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Presidente, boa tarde também. Gostaria de felicitá-lo nesse um ano de gestão e dizer que todos nos sentimos - acho que falo em nome de todos os Colegas - extremamente bem representados com os esforços da gestão de Vossa Excelência no sentido da modernização não só da nossa pauta de julgamentos - esforço contínuo que se vem fazendo em sucessivas gestões -, mas também na gestão do Poder Judiciário, com esse tópico da desjudicialização. Quando, em qualquer fórum, falamos que temos mais de 80 milhões de processos em tramitação no Brasil, certamente esse não é um dado aferido como índice de desenvolvimento. Certamente temos que buscar as causas e tentar, de alguma forma, fazer os

encaminhamentos. Por isso, em boa hora, fez-se essa resolução, da relatoria da Ministra Cármen Lúcia, sobre a questão da execução fiscal e esse encaminhamento com o braço executivo do CNJ. No que me diz respeito, gostaria de registrar a questão do esforço que fazemos na desjudicialização da saúde e todo o debate que estamos travando em torno dessa temática e que visa a reforçar a competência dos órgãos incumbidos de suas tarefas e, tanto quanto possível, reduzir as intervenções do Judiciário. Da mesma forma, o esforço que se faz - e acho que isso é notório - no que diz respeito a soluções conciliatórias. Isso também tem grande relevo.

Gostaria de fazer esse registro e desejar que Vossa Excelência também tenha o próximo ano de idêntico sucesso.

Deixo, aqui, nossos agradecimentos.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado, Ministro Gilmar Mendes!

Gosto sempre de dizer - falei no meu discurso de posse - que a afetividade é uma das energias mais poderosas do universo. Acho que conseguimos juntar um grupo de pessoas que se gostam, que se admiram e que se ajudam e temos conseguido avançar em muitas agendas importantes.

O SENHOR RAFAEL RAPHAELLI (DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL):

Senhor Presidente, gostaria de também fazer minha saudação e parabenizar Vossa Excelência por esse ano à frente do Supremo, pela eficiência, por ter pautado processos tão importantes. Como gaúcho que sou, da Defensoria do Rio Grande do Sul, também o parabenizo pela sensibilidade do CNJ em suspender prazos muito importantes para os operadores do Direito, não só da Defensoria Pública, mas de outras carreiras também.

Aderindo às manifestações, saúdo Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muitíssimo obrigado!

O Rio Grande do Sul se vem reconstruindo com muita coragem. Ainda anteontem, estive com os Presidentes do Tribunal de Justiça, Alberto Delgado, e com o Presidente do Tribunal Regional Federal. A vida já voltou ao normal no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, felizmente.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN:

Presidente, cumprimento Vossa Excelência, a Ministra Cármen Lúcia e os eminentes Pares.

Farei uma breve manifestação, mas, como estou utilizando a palavra pela primeira vez após Vossa Excelência ter feito esse balanço do primeiro ano de gestão, quero tomar a liberdade de registrar que, na Vice-Presidência, tem-se confirmado que Vossa Excelência, além de um acadêmico exemplar e acutíssimo, é um grande gestor deste espaço público, com muitas realizações. Temos aplaudido e auxiliado na medida do possível.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência e que este ano seja também frutífero e o mais longo possível, para que possamos fruir da gestão de Vossa Excelência!

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Para deixar consignado, é uma bênção e uma alegria ter Vossa Excelência como Vice-Presidente.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN:

Muito obrigado!

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA:

Senhor Presidente, saúdo Vossa Excelência não só pela presidência hoje, mas também pelo ano de gestão à frente do Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 11 de outubro de 2024.

*Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário*

Este texto não substitui a publicação oficial.

Publicado no DJE/STF em 14/10/2024.